

## **Modificações na apropriação de espaços público e privado, representadas na entrada de residências urbanas em Ponta Grossa – PR.**

Juliana Pegoraro Kus (UEPG)

O presente trabalho é uma revisão do projeto que está sendo desenvolvido no decorrer dos anos de 2013 e 2014 no Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com área de concentração em História, Cultura e Identidades, especificamente na linha de pesquisa Instituições e Sujeitos: Saberes e Práticas. Como o projeto está em fase inicial de desenvolvimento, não apresentará resultados obtidos, somente as propostas de estudo a serem realizadas. O principal objetivo deste artigo, portanto, é apresentar o projeto para possibilitar o debate sobre sua elaboração, fontes e métodos.

No âmbito da História Urbana, o fator definidor entre espaço público e espaço privado nas cidades não é fixo. Essa diferenciação geralmente ocorre como consequência da finalidade da construção, ou seja, o que é construído pensando-se que será público efetivamente torna-se público. Porém, o que caracteriza a utilidade dos espaços é a apropriação que as pessoas fazem dele, configurando assim a conformação da cidade de diferentes formas. A partir do uso de conceitos como os de público e privado, construídos historicamente, é possível desenvolver uma análise da mudança na apropriação do espaço imediatamente em frente à casa. O estudo desta prática torna-se relevante para entendermos como a transformação na forma de se perceber o espaço reflete características que hoje consideramos habituais, como, por exemplo, a construção de casas com recuo no terreno de alguns metros em relação ao alinhamento da rua.

Para iniciar a análise, é imprescindível citar que Roberto DaMatta considera “casa” e “rua” como categorias sociológicas para os brasileiros, pois designam mais que espaços geográficos. Estes conceitos se referem a domínios morais e culturais capazes de despertar emoções, reações, leis etc.<sup>1</sup> E, como categorias sociológicas,

possuem características específicas de seu desenvolvimento como conceito de estudo que não pode ser desconsiderado.

Podemos considerar a expansão do capitalismo e da lógica burguesa como fatores definidores das formas de se utilizar os espaços urbanos atualmente. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, foi durante a expansão do capitalismo que a rua deixou de ser apenas um espaço entre as casas para transformar-se em um espaço público, oposto ao privado do interior das residências<sup>2</sup>.

As transformações tecnológicas do final do século XIX foram o motor de inúmeras transformações sociais, incluindo certa mudança no modo de perceber a cidade. Esta época, que Nicolau Sevcenko chama de Revolução Científico-Tecnológica, presenciou a invenção de novos potenciais energéticos que possibilitaram o desenvolvimento e a especialização de diversas tecnologias<sup>3</sup> que, uma vez incluídas no cotidiano das cidades, não deixaram mais de fazer parte dele. A aceleração da produção fabril, as descobertas na área da saúde, as invenções de meios de transporte mais velozes que os anteriormente utilizados etc. caracterizam este período como uma época de mudanças rápidas na sociedade. Sevcenko considera, também, que desde a metade do século XIX o mercado capitalista estava se expandindo, criando a necessidade de estabelecer novos mercados consumidores e novos fornecedores de matéria-prima para movimentar o crescente complexo industrial<sup>4</sup>.

Nos países onde as inovações científico-tecnológicas foram implantadas de modo mais rápido, muitas cidades cresceram desordenadamente. Isto porque as fábricas se multiplicaram e atraíram cada vez mais trabalhadores, delineando grandes centros urbanos que raramente contavam com planejamento urbano. As antigas ruas medievais amontoavam cada vez mais moradores e os bairros operários surgiam de forma desordenada junto às fábricas nas periferias<sup>5</sup>. A falta de saneamento básico e as precárias condições de circulação do ar causavam epidemias de tifo e tuberculose, por exemplo, contrariando os ideais de ciência, razão e progresso em voga, particularmente em relação ao higienismo.

As autoridades de várias cidades resolveram, então, seguir o exemplo de Paris e realizar reformas urbanas. Na capital francesa, o Barão Georges Eugène

Hausmann planejou a reforma que foi realizada entre 1853 e 1869, derrubando processualmente a antiga cidade para a abertura de um novo sistema viário com avenidas largas, para melhorar o trânsito e diminuir os perigos provenientes de ruas sinuosas e escuras<sup>6</sup>. Foram priorizadas a circulação de ar, penetração de luz e a rede de esgotos, o que demonstra o forte objetivo higienizador da reforma parisiense. Com todo este esforço para modernizar Paris, as antigas habitações populares, vistas como foco de epidemias, foram derrubadas e, conseqüentemente, os moradores foram impelidos para o subúrbio.

Estes ideais de modernidade que permeavam a reforma da capital francesa repercutiram em diversas partes do mundo além Europa. Inclusive no Brasil, quando em 1889 membros da elite projetaram a Proclamação da República e delinearam as primeiras ações idealizando a industrialização e a modernização do país<sup>7</sup>. Havia, ainda, projetos para definir a identidade brasileira para legitimar a existência como Estado independente. Os ideais republicanos eram pautados nas teorias científicas vigentes na época, envolvendo o darwinismo social e o positivismo. Porém, os idealizadores dos planos republicanos se depararam com um país formado por inúmeras diferenças regionais, diversas etnias miscigenadas e uma capital com população majoritariamente pobre, segundo Sevcenko.

Desta divergência entre o que estava sendo planejado para a nação brasileira e o que foi encontrado em diversas regiões do país, surgiram embates tanto nos meios urbanos quanto nos rurais. Como exemplo desta diferença podemos citar alguns dos fatores que ajudaram a causar a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em novembro de 1904. As obras da reforma urbana haviam expulsado muitos moradores do centro da cidade, como acontecera em Paris. As alternativas encontradas pelos desalojados foram procurar terrenos nas encostas dos morros, nos arredores da cidade, ou alugar quartos para famílias inteiras residirem. O descontentamento da população aumentou com a obrigatoriedade da vacina contra varíola, planejada pelo médico Oswaldo Cruz. Diante desta situação, os moradores se mobilizaram contra os governantes, que tiveram dificuldades para desmanchar o motim da população, dadas as proporções do movimento.

Apesar da revolta popular, a decisão de realizar uma reforma urbana no Rio de Janeiro a transformou no exemplo de cidade moderna no Brasil, segundo Fransérgio Follis<sup>8</sup>. Outras cidades brasileiras também realizaram reformas urbanas, como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. No caso desta última, os esforços para realização de obras para melhorias urbanas podem ser percebidos na gestão do prefeito Cândido Ferreira de Abreu, que governou de 1913 a 1916<sup>9</sup>. Os principais objetivos eram pavimentação de ruas e ajardinamento de praças, além da destruição das antigas construções coloniais no centro para a construção de novos prédios em que a arquitetura destacava-se pelos traços de modernidade.

A cidade de Ponta Grossa, a partir do início do século XX foi cenário de um considerável desenvolvimento comercial por, entre outros fatores, a construção de estradas de ferro<sup>10</sup>. Nesse momento o núcleo urbano da cidade tornou-se notável na região dos Campos Gerais do Paraná. No mesmo contexto, movimentos migratórios provenientes de diversos países, principalmente europeus, chegaram a Ponta Grossa, juntamente com os trabalhadores atraídos pelos novos empregos oferecidos pela empresa que administrava as ferrovias. Dessa forma, a população urbana cresceu consideravelmente.

Seguindo a tendência de diversas outras cidades, a Câmara Municipal de Ponta Grossa aprovou um Código de Posturas no ano de 1914 com dezenas de regulamentos para organizar a cidade da forma que achava mais conveniente. Este conjunto de leis incluía a proibição do tráfego de animais, por exemplo<sup>11</sup>. Além disso, trazia a obrigatoriedade dos cidadãos interessados em construir no perímetro urbano apresentar a planta da edificação na Prefeitura, para que o engenheiro responsável aprovasse o projeto e fizesse as correções que fossem necessárias.

As principais fontes para esta pesquisa são as 289 plantas arquitetônicas aprovadas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa entre 1915 e 1925, que estão disponíveis para pesquisa na Casa da Memória Paraná em Ponta Grossa. É perceptível neste conjunto documental a mudança da entrada principal das residências: a porta, que antes dava acesso direto à rua, começa a apresentar uma área ou varanda separando o espaço interno da casa do ambiente externo, ou então

uma entrada lateral, que não mais permitia contato direto da rua com o interior do imóvel.

Os projetos arquitetônicos que serão analisados foram elaborados com a finalidade de serem submetidos ao crivo do poder municipal, sem finalidades posteriores. Ou seja, não havia intenção de que estes documentos se tornassem testemunhos de sua época, ou na concepção de Marc Bloch<sup>12</sup>, poderíamos chamá-los de testemunhos involuntários.

Não pretendemos neste trabalho realizar um levantamento minucioso de exemplos arquitetônicos para categorizar “modismos”. Antes disso, desejamos realizar uma análise dos fatores que levaram à mudança na entrada da maioria absoluta das plantas de residências às quais tivemos acesso, considerando, entre outras possibilidades, as mudanças geradas pelas “ondas de modernidade”, que causaram inúmeras reformas urbanas em cidades de todo o Brasil.

O principal objetivo deste estudo é analisar os fatores que levaram à mudança no modo da população pontagrossense perceber e se apropriar dos espaços público e privado, perceptível na alteração da entrada das casas. Também se pretende relacionar as determinações do Código de Posturas de 1914 com as mudanças encontradas nas plantas estudadas; analisar como as características rurais (criações de animais como porcos e galinhas, por exemplo) foram gradativamente sendo expulsas do espaço urbano; estudar se a implantação da rede de energia elétrica, que refletiu na divisão dos cômodos das residências, pode ter influenciado na sua parte frontal. Assim, desejamos perceber de que forma Ponta Grossa foi aderindo às características do que se considerava “modelo de cidade moderna” para a época.

Além disso, serão analisados exemplares do Jornal Diário dos Campos de 1915 a 1925, para saber se a população pontagrossense estava se manifestando em relação às novas disposições do Código de Posturas de 1914, que previa a obrigatoriedade de protocolar uma cópia da planta da residência na Prefeitura antes da construção. Neste sentido, a Câmara de Vereadores será analisada como instituição portadora de regras internas que pautavam suas atividades, inclusive a de elaborar leis para a população, com as determinações para que houvesse

condições necessárias para que as leis fossem aplicadas e punições para os transgressores. Assim, faz-se necessária uma abordagem sobre a questão que Pierre Bourdieu analisa como *habitus*<sup>13</sup> em relação à instituição Câmara de Vereadores como produtora/reprodutora de normas. As plantas e o Código de Posturas foram de diferentes formas analisadas e aprovados pela Câmara e, desta forma, contém seus posicionamentos.

As análises sobre espaço público e privado serão baseadas nos estudos de História Cultural de Sandra Jatahy Pesavento, que tem uma série de estudos inclusive sobre cidade<sup>14</sup>. Estas obras serão relacionadas a autores que estudaram arquitetura brasileira, como Nestor Goulart Reis Filho<sup>15</sup>, considerando sempre as particularidades do Paraná e especialmente da cidade de Ponta Grossa.

Como o projeto de que trata este artigo está em desenvolvimento, não é possível ainda apontar conclusões. Esperamos que este projeto e as questões por ele levantadas nos guiem durante a pesquisa sem descuidar ou desconsiderar as surpresas que podem vir a nos questionar no decorrer do trabalho. Pois, como disse Marc Bloch<sup>16</sup>, o itinerário estabelecido é necessário para que não nos deixemos levar pelos riscos do acaso e deve ser flexível a ponto de agregar os novos tópicos que possam surgir no transcurso da pesquisa.

---

<sup>1</sup> MATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 15.

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1996. p. 9.

<sup>3</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.) História da Vida Privada no Brasil. v. 3. *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 8 – 9.

<sup>4</sup> Ibid., p. 12.

<sup>5</sup> FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 21.

<sup>6</sup> Ibid., p. 25.

<sup>7</sup> SEVCENKO, op. cit., p. 15.

<sup>8</sup> FOLLIS, op. cit., p. 30.

<sup>9</sup> Boletim da Casa Romário Martins. *Factos da actualidade: charges e caricaturas de Curitiba, 1900 – 1950*. Por Aparecida Vaz da Silva Bahls; Mariane Cristina Buso. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n. 142, maio 2009. p. 62.

<sup>10</sup> CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 9.

<sup>11</sup> PONTA GROSSA. *Novo Código de Posturas Municipaes: Regulamento de Pesos e Medidas, categoria dos negociantes*. Ponta Grossa: Oficinas da Livraria Modelo, 1915.

<sup>12</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

<sup>15</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

<sup>16</sup> BLOCH, op. cit., p. 79.

### Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Boletim da Casa Romário Martins. *Factos da actualidade: charges e caricaturas de Curitiba, 1900 – 1950*. Por Aparecida Vaz da Silva Bahls; Mariane Cristina Buso. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 33, n. 142, maio 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHAVES, Niltonci Batista. *A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001,

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.